

HABEAS CORPUS Nº 493.064 - CE (2019/0040294-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : OSEAS DE SOUSA RODRIGUES FILHO E OUTRO
ADVOGADOS : OSEAS DE SOUZA RODRIGUES FILHO - CE021600
DAYVIDIANE NOGUEIRA DE LIMA - CE029622
FRANCISCO ITALO OLIVEIRA RAMOS - CE028630
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : JOAO BATISTA DE OLIVEIRA VIANA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, na qual se pretende a revisão de decisão monocrática de Integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - HC 0620750-68.2019.8.06.0000, que indeferiu pleito liminar em *writ* impetrado na mencionada Corte.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 28-12-2018 por ter supostamente cometido os delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Nesta via, os impetrantes alegam ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Sustentam que se estaria diante de flagrante ilegalidade passível de afastar o óbice contido no verbete 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Realçam as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, com ocupação lícita e residência fixa, predicanos que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Aduzem que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Requerem, desse modo, a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a segregatória preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Esta Corte Superior, nos termos da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, pacificou orientação no sentido de que *"não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância"* (AgRg no HC 252.412/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 9-10-2012, DJe 17-10-2012), destacando que *"O referido óbice é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade é tamanha que não escapa à pronta percepção do julgador"* (AgRg no HC 300.610/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 4-9-2014, DJe 15-9-2014).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular. É que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, pois a autoridade tida como coatora não entendeu presentes os requisitos necessários para a concessão sumária da ordem, tecendo

ainda as seguintes considerações (e-STJ, fl. 104):

[...]

O paciente foi preso pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33, caput, e 35, ambos da Lei nº 11.343/06, indicando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Sobral.

Dúvidas não há que o deferimento liminar é medida excepcional, cabível apenas em hipótese de flagrante ilegalidade quando evidenciados simultaneamente o fumus boni juris e o periculum in mora.

No caso dos autos, não vislumbro nesta análise perfunctória, a presença de tais requisitos, motivo pelo qual indefiro a liminar.

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão do acerto do indeferimento da medida sumária, para manter, ao menos por ora, a constrição cautelar do paciente.

Além disso, mister destacar que o revolvimento dessa questão certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

Pelo exposto, **indefere-se liminarmente** o *habeas corpus*, com fulcro no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator